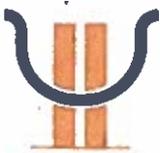
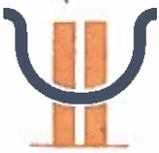


1 Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas e um
2 minuto, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal. Mariza Monteiro Borges-(CFP) declarou
5 iniciadas as atividades do primeiro dia da Assembleia de Políticas, da Administração e
6 das Finanças - Apaf. Antes da discussão da ordem do dia, passou-se à discussão da
7 composição da Mesa Diretora. Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/RJ) se dispôs a
8 participar da Mesa Diretora no primeiro dia. Assim, a composição da Mesa Diretora
9 para o primeiro dia foi definida por consenso: Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/RJ),
10 Mariza Monteiro Borges (CFP) e Igor Schutz dos Santos (CRP 12/SC). Ana Sandra
11 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CRP 13/PB) informou que gostaria de fazer parte da
12 Mesa Diretora no dia seguinte, vinte e dois de maio de dois mil e dezesseis. Dessa
13 forma, a mesa diretora para o dia vinte e dois de maio foi definida: Mariza Monteiro
14 Borges (CFP), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues CRP 12/SC) e Ana Sandra Fernandes
15 Arcoverde Nóbrega (CRP 13/PB). Passou-se, em seguida, à discussão da pauta. Mariza
16 Monteiro Borges (CFP) solicitou sugestões. José Novaes (CRP 05/RJ) sugeriu que os
17 pontos fossem apreciados na seguinte ordem: 1- Apreciação da Ata da Apaf de
18 dezembro de 2015; 2- Resoluções aprovadas pelo CFP sem apreciação na Apaf; 3-
19 Eleições; 4- Pontos financeiros e GT de Assuntos Financeiros; 5- Conciliação; 6-
20 Revisão da Política de Orientação e Fiscalização; 7- PL 4364/2012 que altera a Lei
21 5766/71; 8- Revisão da Resolução CFP n. 007/2003; 9- Revogação da Resolução CFP
22 n. 002/95; 10- Comorg - 9º CNP e 11- Saúde Suplementar. Sergio Braghini (CFP)
23 informou que a pauta delineada é importante, mas que pela ordem dos trabalhos, o
24 primeiro ponto que deve ser apreciado é a leitura e aprovação das atas da Apaf anterior
25 e depois se apreciaria a ordem da pauta. Mariza Monteiro Borges (CFP) definiu que as
26 atas seriam apreciadas e posteriormente ocorreria a apreciação da ordem da pauta
27 conforme sugestão do José Novaes (CRP 05/RJ). Rodrigo Costa de Oliveira (CRP
28 17/RN) solicitou ao José Novaes (CRP 05/RJ) que fosse incluída na ordem de discussão
29 da pauta a Revisão da Resolução CFP n. 001/1999. Antes do início da discussão foi
30 feita a conferência dos delegados para o primeiro ponto. **1. Apreciação da Ata da**
31 **APAF de dezembro de 2015.** Participaram do ponto: CRP 01/DF: Ingrid Pereira
32 Quintão e Sueli Francisca Vieira; CRP 02/PE: Cristiana Menezes Almeida e Murilo
33 Tolêdo Calafange; CRP 03/BA: Clarissa Paranhos Guedes e Daniele Carmo Queiroz;
34 CRP 04/MG: Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e Madalena Luiz
35 Tolentino; CRP 05/RJ: José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e Janne Calhau Mourão;
36 CRP 06/SP: Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme Luz Fenerich e Aristeu Bertelli da Silva;
37 CRP 07/RS: Luciane Engel, Alexandra Maria Campelo Ximendes e Anderson Laurindo
38 da Silva Comin; CRP 08/PR: Fernanda Rossetto Prizibela, Guilherme Bertassoni da
39 Silva; CRP 09/GO: Handersenn Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP 10/PA: Jureuda
40 Duarte Guerra e Giane Silva Santos Souza; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana e
41 Aluisio Ferreira de Lima; CRP 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Igor Schutz
42 dos Santos e Anderson Luis Schuck; CRP 13/PB: Ana Sandra Fernandes A. Nóbrega e
43 Suenny Fonseca de Oliveira; CRP 14/MS: Irma Macário e Norma Celiane Cosmo; CRP

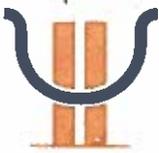


Conselho
Federal de
Psicologia

15/AL: José Felix Vilanova Barros; CRP 16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e
45 Juliana Gomes de Figueiredo; CRP 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18/MT:
46 Alcindo José Rosa; CRP 19/SE: Adriano Ferreira Barros; CRP 20/ AM, AC, RO, RR:
47 Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP 21/PI: José Augusto Santos
48 Ribeiro; CRP 22/MA: Nelma Pereira da Silva e Moara de Oliveira Gamba; CRP 23/TO:
49 Tássio de Oliveira Soares e CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis Braghini e João
50 Baptista Fortes de Oliveira. Mariza Monteiro Borges (CFP) apresentou o ponto e
51 informou como se dará a apreciação das atas, que as delegações irão apontando os
52 destaques nas linhas. Clarissa Paranhos Guedes (CRP 03/BA) solicitou informações,
53 referindo que a ata é um registro e que algumas manifestações são descritas e outras não
54 e que é importante que haja uma padronização. Questionou também quanto às
55 abstenções que não são nominais. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou sobre as
56 abstenções só constarem a quantidade, pois não há declaração de voto. Sergio Braghini
57 (CFP) informou que não há nomeação dos votos e que nas abstenções por vezes há a
58 solicitação de registro do voto e que qualquer delegado que quiser declarar
59 nominalmente seu voto deve solicitar que fique registrado. Irma Macário (CRP 14/MS)
60 concordou com a fala da Clarissa Paranhos Guedes (CRP 03/BA) e informou que a ata é
61 um registro do que acontece durante a Apaf e que os fatos devem ser registrados e não
62 os julgamentos de valor. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que existem falas
63 extremamente importantes que devem constar da ata. Sergio Braghini (CFP) destacou
64 que a ata é um retrato fiel, porém resumido e sugeriu que se possa fazer a degravação e
65 incluir os detalhes. Sueli Francisca Vieira (CRP 01/DF) sugeriu que os pontos sejam
66 degravados. Irma Macário (CRP 14/MS) referiu que as atas da Apaf de dezembro de
67 dois mil e quinze devem ser aprovadas nesta Apaf. João Baptista Fortes de Oliveira
68 (CFP) sugeriu que a ata seja analisada e que as degravações de determinados pontos
69 sejam revistas no dia de amanhã, vinte e dois de maio de dois mil e dezesseis. Nelma
70 Pereira da Silva (CRP 22/MA) sugeriu que as inclusões de texto sejam apresentadas à
71 Mesa Diretora e após sejam submetidas à aprovação. Sergio Braghini (CFP) sugeriu que
72 as alterações sejam feitas de forma resumida. Guilherme Bertassoni da Silva (CRP
73 08/PR) informou que segundo o Regimento Interno da Apaf, as atas devem ser
74 discutidas primeiramente e depois os pontos de pauta. Elisa Zaneratto Rosa (CRP
75 06/SP) informou que as falas não estão garantidas na ata e que as sugestões devem ser
76 recolhidas pela Mesa Diretora e incluídas. Sueli Francisca Vieira (CRP 01/DF) sugeriu
77 que o Conselho Federal de Psicologia verifique as inserções e as acrescente. Juliana
78 Gomes de Figueiredo (CRP 16/ES) solicitou a degravação do ponto que informou sobre
79 o repasse dos Coreps. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC) refletiu que este
80 ponto deve ser resolvido e referiu que as falas descritas e as falas resumidas acontecem
81 nas três atas e sugeriu que os textos sejam propostos e anexados, pois este ponto está se
82 estendendo muito. Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/TO) esclareceu que a ata é um
83 resumo e que as falas não modificam os fatos, pois o evento foi todo gravado. Mariza
84 Monteiro Borges (CFP) sugeriu que o ponto fosse encaminhado e que as propostas
85 fossem apresentadas na íntegra e incluídas até o final da apreciação das três atas.
86 Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) solicitou esclarecimentos quanto à inclusão de
87 textos revisados no decorrer da apreciação da ata. João Baptista Fortes de Oliveira

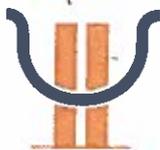


(CFP) esclareceu que as inclusões serão discutidas conforme forem apresentadas. Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/RJ) esclareceu a proposta de João Batista Oliveira Fortes (CFP) que, em relação ao ponto Situação Financeira do Conselho Regional da 1ª região (CRP 01), as inserções devem ser feitas a partir de degravação e para os demais pontos as sugestões de inclusão devem ser entregues para a Mesa Diretora redigir e incluir na ata. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) informou que tinha entendido que as inserções deveriam ser feitas por texto e não por degravação. Sueli Francisca Vieira (CRP 01/DF) sugeriu que as propostas de substituição sejam feitas e analisadas até a apreciação final das três atas e que a degravação não seja realizada somente para um ponto. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) analisou que existem duas propostas, a primeira: degravar para fazer as inserções e a segunda proposta: a Mesa Diretora receber todas as inclusões por texto e depois acrescentar e reapresentar as atas corrigidas para a análise. Mariza Monteiro Borges (CFP) esclareceu a diferença entre as duas propostas. Alcindo José Rosa (CRP 18/MT) fez uma terceira proposta que é a manutenção da ordem normal da ata, que se mantenha o fluxo normal e que as sugestões de alteração sejam trazidas e discutidas. Assim as propostas foram descritas: Proposta um: degravar para fazer as inserções; Proposta dois: a Mesa Diretora recebe as sugestões de inserção textual e suspende a apreciação até a terceira ata e Proposta três: manutenção da ordem normal de votação das atas. A Mesa Diretora encaminhou que as três propostas fossem votadas. Proposta um: quatro votos a favor; Proposta dois: quatro votos a favor; Proposta três: trinta e cinco votos a favor. Houve duas abstenções. A ordem dos trabalhos foi seguida. Mariza Monteiro Borges (CFP) solicitou que fosse realizada a votação da ata do dia onze de dezembro de dois mil e quinze. Votos favoráveis: quarenta; Votos contrários: não há; Abstenções: três. A ata do dia onze de dezembro de dois mil e quinze foi aprovada. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou que os destaques para a ata do dia doze de dezembro de dois mil e quinze já poderiam ser realizados. Os Conselhos Regionais de Psicologia foram apontando as sugestões de alteração de texto e estas foram incorporadas. Mariza Monteiro Borges (CFP) solicitou que fosse realizada a votação da ata do dia doze de dezembro de dois mil e quinze. Votos favoráveis: quarenta e três; Votos contrários: não há; Abstenções: duas. A ata do dia doze de dezembro de dois mil e quinze foi aprovada. Em seguida foi analisada a ata do dia treze de dezembro de dois mil e quinze. Os Conselhos Regionais foram apontando as sugestões de alteração de texto e estas foram incorporadas. Nelma Pereira da Silva (CRP 22/MA) solicitou que as intervenções sejam feitas com celeridade. Mariza Monteiro Borges (CFP) solicitou que fosse realizada a votação da ata do dia treze de dezembro de dois mil e quinze. Votos favoráveis: quarenta e três; Votos contrários: não há; Abstenções: uma. A ata do dia treze de dezembro de dois mil e quinze foi aprovada. **2. Apreciação da ordem dos pontos de pauta.** Participaram deste ponto: CRP 01/DF: Ingrid Pereira Quintão e Sueli Francisca Vieira; CRP 02/PE: Cristiana Menezes Almeida e Murilo Tolêdo Calafange; CRP 03/BA: Clarissa Paranhos Guedes e Daniele Carmo Queiroz; CRP 04/MG: Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e Madalena Luiz Tolentino; CRP 05/RJ: José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e Janne Calhau Mourão; CRP 06/SP: Elisa Zaneratto Rosa, Dario Henrique Teófilo Schezzi e Aristeu Bertelli da Silva; CRP 07/RS: Alexandra Maria



Conselho
Federal de
Psicologia

133 Campelo Ximendes, Anderson Laurindo da Silva Comin e Cristiane Bens Pegoraro;
134 CRP 08/PR: Fernanda Rossetto Prizibela e Guilherme Bertassoni da Silva; CRP 09/GO:
135 Handersenn Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP 10/PA: Jureuda Duarte Guerra e Giane
136 Silva Santos Souza; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana e Aluisio Ferreira de Lima;
137 GRP 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Igor Schutz dos Santos e Anderson
138 Luis Schuck; CRP 13/PB: Ana Sandra Fernandes A. Nóbrega e Suenny Fonseca de
139 Oliveira; CRP 14/MS: Irma Macário e Norma Celiane Cosmo; CRP 15/AL: José Felix
140 Vilanova Barros; CRP 16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes de
141 Figueiredo; CRP 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18/MT: Alcindo José Rosa;
142 CRP 19/SE: Alberto de Jesus Orge Rocha CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson Alves
143 dos Santos e Magaly Silva de Oliveira; CRP 21/PI: José Augusto Santos Ribeiro; CRP
144 22/MA: Nelma Pereira da Silva e Moara de Oliveira Gamba; CRP 23/TO: Tássio de
145 Oliveira Soares e CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis Braghini e João Baptista
146 Fortes de Oliveira. José Novaes (CRP 05/RJ) sugeriu que os pontos fossem apreciados
147 na seguinte ordem: 1- Apreciação da Ata da Apaf de dezembro de 2015; 2- Resoluções
148 aprovadas pelo CFP sem apreciação na Apaf; 3- Eleições; 4- Pontos financeiros e GT de
149 assuntos financeiros; 5- Conciliação; 6- Revisão da Política de Orientação e
150 Fiscalização; 7- PL 4364/2012 que altera a Lei 5766/71; 8- Revisão da Resolução CFP
151 n. 007/2003; 9- Revogação da Resolução CFP n. 002/95; 10- Comorg – 9º CNP e 11-
152 Saúde Suplementar. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) solicitou, caso José
153 Novaes (CRP 05/RJ) concorde, que o ponto Revisão da Resolução CFP n. 001/99 seja
154 incluído na discussão e que seja discutido antes do ponto Revisão da Política de
155 Orientação e Fiscalização. José Novaes (CRP 05/RJ) informou que não há óbice.
156 Alexandra Maria Campelo Ximendes (CRP 07/RS) sugeriu que fosse discutida a
157 Resolução CFP n. 001/99 depois de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização.
158 Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que há produto dos Grupos de Trabalho
159 (GTs) que devem ser apresentados e sugeriu que a discussão do ponto Resolução CFP n.
160 001/99 seja realizada após a discussão da Resolução CFP n. 007/2003. Rodrigo Acioli
161 Moura (CRP 05/RJ) esclareceu a necessidade de se verificar com José Novaes (CRP
162 05/RJ) se ele aceita a modificação dos pontos. José Novaes (CRP 05/RJ) esclareceu
163 sobre as modificações em sua proposta. Sergio Braghini (CFP) sugeriu que o ponto
164 sobre as eleições fosse discutido primeiramente devido à presença de convidados para
165 apresentar o ponto e a proximidade das eleições, perfazendo uma segunda proposta a ser
166 discutida. Juliana Gomes de Figueiredo (CRP 16/ES) sugeriu que o ponto Resolução
167 CFP n. 007/2003 seja discutido antes do ponto Conciliação. Sergio Braghini (CFP)
168 sugeriu que o ponto Psicologia na Relação com a Justiça seja juntado à discussão da
169 Resolução n. 001/99. Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/TO) informou que o GT sobre
170 Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas Políticas de
171 Saúde e Assistência Social tem material para ser apresentado e deve ser um dos
172 primeiros pontos a ser discutido. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) reafirmou as duas
173 propostas e solicitou que o ponto Resolução CFP n. 001/99 seja discutido, pois há
174 material a ser apresentado e que os pontos que possuem materiais a serem apresentados
175 devem ser apreciados antes. Mariza Monteiro Borges (CFP) solicitou que as duas
propostas fossem votadas. Proposta um de José Novaes (CRP 05/RJ): 1- Atas; 2-



176 Resoluções aprovadas pelo CFP sem apreciação na Apaf; 3- Eleições; 4- Pontos
177 financeiros e GT de assuntos financeiros; 5- Conciliação; 6- Revisão da Política de
178 Orientação e fiscalização; 7- Revisão da Resolução CFP n. 001/99; 8- Revisão da
179 Resolução CFP n. 007/2003; 9- PL 4364/2012 que altera a Lei n. 5766/71; 10-
180 Revogação da Resolução CFP n. 02/95; 11- Comorg, 9º CNP e 12- Saúde Suplementar.
181 Proposta dois de Sergio Braghini (CFP): 1- Atas; 2- Eleições; 3- Demandas do
182 Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas Políticas de Saúde e
183 Assistência; 4- Resoluções Aprovadas pelo CFP sem apreciação na Apaf; 5- Pontos
184 financeiros e GT de Assuntos Financeiros; 6- Conciliação; 7- Revisão da Política de
185 Orientação e Fiscalização; 8- Revisão da Resolução CFP n. 001/99; 9- Revisão da
186 Resolução n. 007/2003 e Psicologia na Relação com a Justiça; 10- PL 4364/2012 que
187 altera a Lei n. 5766/71; 11- Revogação da Resolução CFP n. 02/95; 12- Comorg, 9º
188 CNP e 13- Saúde Suplementar. José Novaes (CRP 05/RJ) defendeu sua proposta
189 reafirmando que a prioridade de pontos foi feita de acordo com a importância a ser
190 discutida e que se devem discutir os GTs que já tem material produzido. Sergio
191 Braghini (CFP) referiu que as eleições do Sistema Conselhos são um avanço em relação
192 a outros modelos, salientando que o ponto sobre as eleições é um ponto primordial a ser
193 discutido em respeito a todos os psicólogos e psicólogas do Brasil. Mariza Monteiro
194 Borges iniciou a votação. Proposta um, de José Novaes, favoráveis: trinta e cinco votos.
195 Proposta dois, de Sérgio Braghini, favoráveis: treze votos. Abstenções: não há. Houve
196 intervalo para almoço às doze horas e cinquenta minutos, com previsão de retorno às
197 catorze horas e trinta minutos. Às catorze horas e cinquenta minutos os trabalhos foram
198 retomados. **3. Resoluções aprovadas pelo CFP sem apreciação da Apaf.** Participaram
199 deste ponto: CRP 01/DF: Sueli Francisca Vieira; CRP 02/PE: Cristiana Menezes
200 Almeida e Murilo Tolêdo Calafange; CRP 03/BA: Clarissa Paranhos Guedes e Daniele
201 Carmo Queiroz; CRP 04/MG: Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e
202 Túlio Louchard Picinini Teixeira; CRP 05/RJ: José Novaes, Rodrigo Acioli Moura e
203 Janne Calhau Mourão; CRP 06/SP: Elisa Zaneratto Rosa, Dario Henrique Teófilo
204 Schezzi e Aristeu Bertelli da Silva; CRP 07/RS: Alexandra Maria Campelo Ximendes,
205 Anderson Laurindo da Silva Comin e Cristiane Bens Pegoraro; CRP 08/PR: Fernanda
206 Rossetto Prizibela, Guilherme Bertassoni da Silva e Bruno Jardini Mader; CRP 09/GO:
207 Handersenn Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP 10/PA: Jureuda Duarte Guerra e Giane
208 Silva Santos Souza; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana e Aluisio Ferreira de Lima;
209 CRP 12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Igor Schutz dos Santos e Anderson
210 Luis Schuck; CRP 13/PB: Ana Sandra Fernandes A. Nóbrega e Suenny Fonseca de
211 Oliveira; CRP 14/MS: Irma Macário e Norma Celiane Cosmo; CRP 15/AL: José Felix
212 Vilanova Barros e Laeuzza Lúcia da Silva Farias; CRP 16/ES: Sheila de Oliveira Lopes
213 da Silva e Juliana Gomes de Figueiredo; CRP 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP
214 18/MT: Alcindo José Rosa; CRP 19/SE: Adriano Ferreira Barros; CRP 20/ AM, AC,
215 RO, RR: Ligia Maria Duque Johnson de Assis; CRP 21/PI: José Augusto Santos
216 Ribeiro; CRP 22/MA: Nelma Pereira da Silva; CRP 23/TO: Tássio de Oliveira Soares e
217 CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis Braghini e João Baptista Fortes de Oliveira.
218 O ponto foi proposto pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP 06).
219 Aristeu Bertelli da Silva (CRP 06/SP) apresentou o ponto informando que o Conselho



220 Regional da 6ª região (CRP 06) fez uma nota com o título “Gestão democrática do
221 Sistema Conselhos de Psicologia: nenhum passo atrás!”. O conteúdo da nota se referiu
222 a três resoluções do Conselho Federal de Psicologia que não foram referendadas em
223 Apaf, referindo que esta Assembleia é a instância que possibilita a unidade da
224 diversidade das Psicologias que se expressam no Brasil, que é o lócus de produção de
225 consensos ou de intensos debates que explicitam as contradições e os conflitos da nossa
226 profissão. Solicitou que as Resoluções CFP n. 34/2015 que define e regulamenta a
227 CCAP – Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, n. 35/2015 que institui a
228 Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social e n. 03/2016 referente ao Título
229 de Especialista sejam apreciadas nesta Apaf. A Mesa Diretora informou que cada fala
230 deverá ter no máximo três minutos. José Felix Vilanova Barros (CRP 15/AL) informou
231 que esta prática de aprovar resoluções sem a anuência da Apaf já aconteceu algumas
232 vezes antes desta gestão e não houve discurso contrário a isto e referiu ser contrário ao
233 conteúdo da nota. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC) falou que gostaria
234 de referendar a nota enquanto parte deste coletivo e questionou a gestão do processo
235 democrático, informando que as três resoluções citadas eram pauta de Apafs anteriores
236 e que foram retiradas da pauta e elaboradas sem a participação dos Conselhos
237 Regionais. Informou que não há discussão de mérito quanto ao que informam as
238 resoluções, o que está sendo questionado se refere à forma como as resoluções foram
239 elaboradas. Diante deste contexto, salientou a necessidade de se encaminhar a
240 possibilidade de assinar a nota junto com o Conselho Regional da 6ª região (CRP 06)
241 enquanto Apaf ou conjunto de Conselhos Regionais, como forma de desrespeito com o
242 coletivo e encaminhar a análise do conteúdo das três resoluções citadas. Norma Celiane
243 Cosmo (CRP 14/MS) informou que a nota é clara, ampla e que não é possível que o
244 coletivo tenha sido preterido e salientou a importância de se referendar a nota. Clarissa
245 Paranhos Guedes (CRP 03/BA) salientou que erros passados não justificam a
246 permanência destes, pois somos gestores deste Sistema e informou que não é possível
247 que se abram precedentes para que o Conselho Federal edite resoluções que vão
248 impactar a categoria sem o aval deste coletivo. Assim, salientou a necessidade de se
249 referendar a nota. Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/TO) informou que gostaria de
250 entender algumas questões e que não há marco normativo que regule a necessidade de
251 que as resoluções do Conselho Federal tenham que ser referendadas em Apaf. Laeuza
252 Lúcia da Silva Farias (CRP 15/AL) acredita que o embate político é saudável, mas há
253 que se deixar espaço para a negociação e para o andamento das propostas para a
254 categoria, pois este coletivo tem responsabilidade com esta. Nelma Pereira da Silva
255 (CRP 22/MA) referiu ser contrária a nota editada pelo Conselho Regional da 6ª região
256 (CRP 06) e que a Apaf não tem sido deliberativa, as pautas são postergadas para Apafs
257 posteriores e que o coletivo não está sendo produtivo, pois a categoria aguarda as
258 resoluções deste coletivo e não há encaminhamentos neste sentido. Se o conteúdo das
259 resoluções explicitadas na nota referida pelo Conselho Regional da 6ª região não fere o
260 mérito da questão não há que se discutir, pois a Lei 5766/71 confere legitimidade aos
261 Conselhos Regionais e ao Conselho Federal de editar suas resoluções. Aristeu Bertelli
262 da Silva (CRP 06/SP) referiu que é importante este enfrentamento, este embate para que
263 se faça a construção democrática, informando que a ideia de legalidade não reflete o que



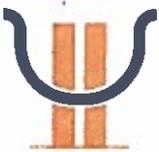
264 está descrito em uma norma, o costume também é fonte de legalidade e de promoção de
265 direitos humanos. Salientou que devemos respeitar combinações que traduzem um
266 consenso, uma evolução democrática do que é esperado enquanto Sistema Conselhos de
267 Psicologia. Salientou, ainda, que o mérito não está sendo aviltado, mas é necessário que
268 se respeite a coletividade e a construção de instrumentos que expressem o que é a
269 Psicologia brasileira. Clamou para a apreciação das três resoluções pelo coletivo. Sergio
270 Braghini (CFP) questionou que a nota não está como ponto de pauta e que deve ser
271 discutida em outro ponto, pois a nota pode ser rebatida em todo o seu conteúdo e
272 esclareceu que não há normativa que defina que as resoluções devem ser referendadas
273 em Apaf. Esclareceu que não há deliberação, ou Congresso Nacional de Psicologia -
274 CNP que informou que as resoluções devem ser referendadas em Apaf. Ainda,
275 informou que a democracia pode se tornar oligárquica quando há um grupo político em
276 que não há representatividade do coletivo, das pluralidades de todos os Conselhos.
277 Esclareceu que o Conselho Federal de Psicologia cumpriu todo o processo de edição das
278 resoluções e que estas devem ser aprovadas no próprio Conselho Federal e que não há
279 discussão de resolução de funcionamento interno dos Conselhos Regionais por parte do
280 Conselho Federal e que a resolução CFP n. 03/2016 é definição da Apaf de maio do ano
281 de dois mil e treze. Guilherme Bertassoni da Silva (CRP 08/PR) informou que segundo
282 a Lei n.5766/71 o Conselho Federal é órgão supremo e que a Apaf é instância
283 deliberativa e que há a necessidade de se verificar qual normativa será utilizada, mas
284 que é legítimo a este colegiado se debater as resoluções. Sergio Braghini (CFP)
285 salientou que não há motivos para que este colegiado discuta as resoluções e sim há um
286 pleito do Conselho Regional da 6ª região de que as resoluções sejam discutidas. Elisa
287 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que a nota não é para apreciação do coletivo e
288 que somente foi apresentada para iniciar a discussão do ponto e que o que se demanda é
289 que as resoluções sejam apreciadas. A resolução CFP n. 34/2015 altera a resolução CFP
290 n. 002/2003 que foi aprovada em Apaf, a resolução CFP n. 35/2015 possui um anexo
291 que prevê a participação dos Conselhos Regionais na Conpas e a Resolução n. 003/2016
292 foi apreciada na Apaf de maio de dois mil e treze, mas que não foi concluída. Sergio
293 Braghini (CFP) reforçou que não é atribuição deste colegiado discutir resoluções de
294 cunho interno do Conselho Federal de Psicologia, pois o plenário do Conselho Federal
295 tem a prerrogativa de analisar as resoluções. Entende que o colegiado pode remeter ao
296 Conselho Federal sugestões para as resoluções n. 34 e 35/2016. Elisa Zaneratto Rosa
297 (CRP 06/SP) questionou Sergio Braghini (CFP) se pode haver modificação da resolução
298 CFP n. 002/2003 que foi analisada em Apaf sem que a mesma seja apreciada em Apaf.
299 Sergio Braghini (CFP) rebateu informando que se modificar a resolução é norma. Elisa
300 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) referiu que em nome do pacto democrático construído,
301 salientou a necessidade de que as resoluções informadas sejam discutidas em Apaf.
302 Sergio Braghini (CFP) referiu novamente que as resoluções CFP n. 34 e 35/2016 são
303 internas do Conselho Federal. Mariza Monteiro Borges (CFP) esclareceu que há a
304 proposta de debater as três resoluções: 34/2015, 35/2015 e 003/2016. Em votação.
305 Favoráveis: trinta e seis. Contrários: sete. Abstenções: uma. A proposta de se debater as
306 três resoluções foi aprovada. Sergio Braghini (CFP) e João Baptista Fortes de Oliveira
307 (CFP) se ausentaram da mesa por entenderem que não há o que ser questionado neste



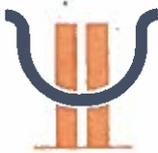
308 ponto. Passou-se para a apreciação das resoluções. **3.1 Resolução CFP n. 003/2016.**
309 Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) propôs a inclusão de um parágrafo. Informou que no
310 art. 3º está descrito que os Conselhos Regionais devem conceder o título de especialista
311 a egresso de residência, informou que alguns psicólogos estão com dúvidas quanto à
312 concessão do título de especialista e sugeriu que seja inserido parágrafo único no artigo
313 3º: “além da possibilidade prevista neste artigo, é facultado ao psicólogo requerer o
314 título de especialista em Psicologia da Saúde pelo cumprimento dos demais requisitos
315 estabelecidos pela Resolução CFP n. 13/2007”. Mariza Monteiro Borges (CFP)
316 esclareceu que a resolução que estabelece as condições para o título de especialista é a
317 Resolução CFP n. 13/2007 e que a Resolução CFP n. 003/2016 se remete a Resolução
318 CFP n. 13/2007, e que a Resolução CFP n. 003/2016 inclui a concessão do título de
319 especialista pela conclusão de residências em saúde. Bruno Jardim Mader (CRP 08/PR)
320 afirmou ser pertinente a discussão desta resolução na Apaf, pois há a definição de
321 psicologia em saúde e há a necessidade de se alinhar algumas questões sobre as
322 especialidades. Cristiane Bens Pegoraro (CRP 07/RS) informou sobre as residências
323 reconhecidas pelo MEC que excluem as outras residências qualificadas que são
324 constituídas por núcleos formadores, como a Escola de Saúde Pública e que colocar
325 somente as residências reconhecidas pelo MEC exclui diversos profissionais. Elisa
326 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou sobre a inclusão do parágrafo, pois recebeu
327 orientação do Conselho Federal de Psicologia que a referida resolução é exclusiva para
328 as residências multiprofissionais e que se deve indeferir os pedidos de concessão de
329 título de especialista por experiência comprovada. Concordou com o exposto pelo
330 Conselho Regional da 7ª região (CRP07) no sentido de que não se deve limitar as
331 residências profissionais somente às reconhecidas pelo MEC e acredita que
332 posteriormente se possa realizar uma reorganização das especialidades e que há a
333 necessidade de se deixar mais claro quais os requisitos para a concessão do título de
334 especialista. Mariza Monteiro Borges (CFP) esclareceu sobre o trabalho multifacetado
335 da Psicologia e que esta resolução deveria ser uma revisão à resolução CFP n. 13/2007
336 que foi discutida em Apaf, pois houve a dúvida quanto a Psicologia da Saúde ou
337 Psicologia em Saúde. Referiu, ainda, que o que é psicologia está na base do
338 conhecimento psicológico e não se define pelo espaço em que é exercida. Elisa
339 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que há duas propostas: uma delas do CRP 07 de
340 se incluir as residências reconhecidas por núcleos formadores e a segunda proposta do
341 CRP 06 de se incluir o parágrafo único no artigo 3º e que há consenso em ser Psicologia
342 em Saúde. Diego Mendonça Viana (CRP 11/CE) reconheceu que as residências são
343 múltiplas e há diversas possibilidades de vinculação institucional, então sugeriu que na
344 escritura da resolução seja escrito que o curso deve ser vinculado à instituição
345 formadora oficial. José Novaes (CRP 05/RJ) questionou sobre os critérios que o título
346 de especialista será concedido, se por experiência profissional, por concurso de provas e
347 títulos ou por conclusão de curso reconhecido, sendo interessante complementar que os
348 critérios são válidos para a concessão do título de especialista de Psicologia em Saúde.
349 Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP 04/MG) esclareceu que as residências em outros
350 cursos de graduação equivalem à especialização *lato sensu* e acredita que é possível
351 incorporar a prática da especialização na própria residência profissional. Mariza



352 Monteiro Borges (CFP) questionou se o coletivo está pronto para votar. Elisa Zaneratto
353 Rosa (CRP 06/SP) informou que há diversas propostas e não só uma. Proposta um do
354 CRP 11 quanto a incluir a instituição formadora oficial; proposta dois do CRP 06 de
355 incluir o parágrafo único e proposta três do CRP 04 sobre discutir a resolução CFP n.
356 13/2007; que pode ser encaminhamento para o futuro. Alexandra Maria Campelo
357 Ximendes (CRP 07/RS) ponderou sobre o que caracteriza uma instituição oficial e
358 sugeriu somente suprimir as instituições vinculadas ao MEC na resolução. Elisa
359 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) esclareceu que no momento há duas propostas. A proposta
360 um do CRP 07 de suprimir o que se refere ao MEC e a segunda proposta do CRP 06
361 incluir o parágrafo único. Túlio Louchard Picinini Teixeira (CRP 04/MG) retomou a
362 proposta de se incluir instituições legalmente competentes e quanto ao parágrafo único,
363 sugeriu a redação: "para fins desta resolução, a certificação de aprovação de residência
364 em saúde é equivalente a curso de especialização *lato sensu*". Fernanda Rossetto
365 Prizibela (CRP 08/PR) como encaminhamento pautou para a próxima Apaf a Revisão
366 da Resolução CFP n. 13/2007, com o objetivo de que a resolução não está sendo
367 cumprida pelo Conselho Federal. Alexandra Maria Campelo Ximendes (CRP 07/RS)
368 questionou a palavra legalmente, quanto à dificuldade de se definir as instituições que
369 estão legalmente autorizadas ou não e quanto à equivalência explicou que as residências
370 a especificação *lato sensu* irão de encontro aos psicólogos militantes das residências.
371 Mariza Monteiro Borges (CFP) esclareceu que só há uma proposta: incluir o parágrafo
372 único e retirar a referência ao MEC. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC)
373 lembrou que com a aprovação da emenda há a questão dos duzentos e setenta dias para
374 a comprovação de experiência profissional de cinco anos, que passe a vigor hoje devido
375 à republicação. Mariza Monteiro Borges (CFP) solicitou que a proposta única de incluir
376 o parágrafo único e retirar a referência ao MEC seja votada. Favoráveis: trinta e nove;
377 Contrários: não há e abstenções: uma. Bruno Jardini Mader (CRP 08/PR) solicitou que
378 conste em ata a solicitação do Conselho Regional da 8ª região de que seja pautada para
379 a próxima Apaf a Revisão da Resolução CFP n. 13/2007. **3.2 Resolução CFP n.**
380 **34/2015 que institui a CCAP- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.** Elisa
381 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que esta Resolução revoga o artigo 8º da
382 Resolução CFP n. 002/2003. Referiu sobre uma questão que não está clara no texto da
383 resolução sobre a denominação da Comissão e propôs mudanças no texto da resolução.
384 Sugeriu as mudanças: artigo 1º acrescentar após a palavra Satepsi: "subsidiando as
385 decisões do plenário do Conselho Federal de Psicologia e do Sistema Conselhos de
386 Psicologia a respeito da matéria"; inciso II do artigo 2º inserir "subsidiando o CFP e os
387 CRPs para sua produção e publicação" e inciso III do artigo 2º substituir por "fomentar
388 debates junto a instituições de ensino e formação continuada em avaliação psicológica".
389 Informou ainda que a sigla Satepsi se refere a Sistema de Avaliação de Testes
390 Psicológicos e não de Instrumentos. Diego Mendonça Viana (CRP 11/CE) referiu que a
391 Comissão pode elaborar e propor, o que não interfere na autonomia do coletivo. José
392 Augusto Santos Ribeiro (CRP 21/PI) sugeriu a criação de novo inciso para que não haja
393 conflito de ideias. Anderson Laurindo da Silva Comin (CRP 07) informou que no
394 Satepsi já existe a divisão entre instrumentos e testes e sugeriu que haja a avaliação de
395 testes e instrumentos psicológicos quanto ao processo de avaliação descrito na

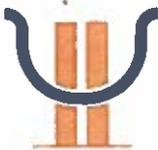


397 resolução. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou que há um ponto na Apaf que
398 refere sobre a atualização da Resolução CFP n. 002/2003. Passou-se para a votação.
399 Mariza Monteiro Borges (CFP) perguntou ao coletivo se a votação poderia ser realizada
400 em bloco. Foi consentido. Favoráveis às modificações propostas: trinta e cinco;
401 Contrários: não houve; Abstenções: duas. **3.3 Resolução CFP n. 35/2015 que refere**
402 **sobre a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - Conpas.** Elisa
403 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que o conteúdo da resolução está definindo a
404 criação de uma Comissão por parte do Conselho Federal de Psicologia, entretanto o
405 artigo 4º informa que o funcionamento da Comissão é regido por um anexo que atribui,
406 em seus artigos e incisos, atividades ao Sistema Conselhos de Psicologia, não sendo
407 assim uma comissão exclusiva do Conselho Federal e que não foi discutida pelo
408 coletivo. Salientou a preocupação sobre a participação dos Conselhos Regionais nesta
409 Comissão. Sugeriu que a resolução seja revogada ou revogado o anexo da resolução.
410 Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC) referiu que a atuação da psicologia
411 dentro da assistência social é extremamente importante, que é uma política pública que
412 está sendo construída e que precisa ser amplamente debatida no âmbito do Sistema
413 Conselhos. Salientou que a Conpas não fora apresentada em Apaf, apesar das diversas
414 solicitações. Ressaltou que a forma como a Conpas foi construída, apesar de seu
415 importante mérito, foi de forma enviesada. Informou que muitas teses dos Coreps se
416 referem à Política de Assistência Social e a necessidade de ampla discussão da temática.
417 Salientou que é necessário revogar a resolução CFP n. 35/2015, mas não deixar de
418 debater o tema junto à categoria e constituir um Grupo de Trabalho (GT) de debate
419 desta Política Nacional. Solicitou encaminhamento de que a Conpas seja apresentada
420 em Apaf. José Augusto Santos Ribeiro (CRP 21/PI) salientou que gostaria de
421 contemplar a discussão da Conpas neste coletivo e acreditou que a revogação da
422 resolução é bastante extrema e referendou a criação de GT, pois fortaleceria a
423 comunicação entre os Conselhos Regionais. Ana Sandra Fernandes A. Nóbrega (CRP
424 13/PB) salientou a importância da participação de todos os Conselhos Regionais nas
425 discussões efetivas desta Política. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) salientou a
426 importância de se revogar todo o anexo da resolução para garantir a participação
427 horizontalizada de todos os Conselhos Regionais e revogar também os artigos que não
428 estão de acordo com o funcionamento do coletivo. Sugeriu que a resolução seja pautada
429 para a próxima Apaf para referendar. Anderson Luis Schuck (CRP 12/SC) referiu que a
430 Conpas é uma reivindicação da categoria e defendeu a gestão do espaço de discussão
431 da Política. Salientou que o anexo da resolução vai de encontro à operacionalização da
432 Política da Assistência Social e defendeu a manutenção da Conpas, mas a revogação do
433 regimento. Aristeu Bertelli da Silva (CRP 06/SP) reafirmou a construção do espaço de
434 defesa da discussão do tema e salientou a revogação do artigo 4º e a discussão da
435 Conpas neste coletivo. Diego Mendonça Viana (CRP 11/CE) salientou a discussão de
436 resoluções atribuídas ao Conselho Federal. Sugeriu que se aprimore o que está
437 construído no regimento e que se apresentem sugestões de mudanças pelos Conselhos
438 Regionais e que estas mudanças sejam analisadas por este coletivo. Elisa Zaneratto
439 Rosa (CRP 06/SP) referendou o posicionamento do CRP 11 e sugeriu a criação de um
Grupo de Trabalho especificamente para recolher sugestões em relação ao texto do



Conselho
Federal de
Psicologia

regimento e sistematizar um novo texto para ser apresentado na próxima Apaf. Salientou que se deve, neste momento, deixar em suspenso no anexo o que se refere aos Conselhos Regionais. Igor Schutz dos Santos (CRP 12/SC) informou que existem duas propostas. Proposta um: revogar o artigo 4º e conseqüentemente o regimento interno. Proposta dois: colocar em suspenso artigos do regimento que referem sobre a participação dos Conselhos Regionais. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC) salientou que se deve colocar em suspenso o artigo 10 também e reafirmou a criação de Grupo de Trabalho. José Augusto Santos Ribeiro (CRP 21/PI) salientou que se deve verificar juridicamente a revogação do regimento, se deve discutir primeiramente. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) informou que não se trata neste momento de revogar e sim de suspender os pontos do regimento interno que referem sobre os Conselhos Regionais de forma a horizontalizar as discussões junto aos Conselhos Regionais. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que se deve vetar os seguintes pontos do anexo da resolução: §1º, § 2º e § 3º do artigo 1º, §1º e §3º do artigo 4º, artigo 5º, artigo 6º e artigo 10, sendo que estes pontos devem ser remetidos ao Grupo de Trabalho que será criado para recolher contribuições para novo texto que deverá ser apreciado por este coletivo. Alexandra Maria Campelo Ximendes (CRP 07/RS) informou que este coletivo está propondo a alteração em resolução e que não existe, juridicamente falando, o termo suspensão, existe o veto e este serve para adequar o texto. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou ao coletivo que há a necessidade de se encaminhar. Solicitou a Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) que fizesse uma síntese do encaminhamento. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou sobre os artigos que dizem respeito aos Conselhos Regionais e que se deve suspender os artigos e parágrafos e compor um Grupo de Trabalho para recolher as considerações para apreciação na próxima Apaf. Diego Mendonça Viana (CRP 11/CE) informou que para remeter para a próxima Apaf estas recomendações, há que se ter o compromisso político de que este ponto seja prioritário. José Augusto Santos Ribeiro (CRP 21/PI) acha crítico se suspender o funcionamento de uma comissão bastante importante para a categoria e o Sistema Conselhos. Propõe que se adequem o texto e não suspenda. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12/SC) informou que o que está sendo proposto não é suspender o funcionamento da Conpas e sim suspender o que compete os trabalhos dos Conselhos Regionais. E salientou a importância de se garantir a representatividade como Política Nacional e que os Conselhos Regionais de pequeno e médio porte possam participar dos trabalhos da Conpas. Informou que o GT deve contar com a representatividade de todos os Conselhos Regionais e trazer uma proposição mais qualificada para o debate na próxima Apaf. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) informou que não é a legislação que garante o funcionamento da Conpas, e o fato de não regulamentar não significa que não vá acontecer, mas da forma como está regulamentada não garante a participação de todos os Conselhos Regionais e não há uma regulamentação igualitária dentro do Sistema Conselhos. José Augusto Santos Ribeiro (CRP 21/PI) salientou a importância de as Comissões terem condições mínimas de funcionamento, como indicação de participantes, regimento interno. Há que se reformular o regimento interno. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou ao coletivo a necessidade de se deliberar. Expos as três propostas. Proposta um Manter a Resolução e o Regimento, suspendendo



provisoriamente os seguintes trechos do Regimento: parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º,
485 parágrafos 1º e 3º do artigo 4º, artigo 5º, artigo 6º e artigo 10, sendo que esses artigos e
486 parágrafos são imediatamente remetidos ao GT (a ser criado) para recolher sugestões
487 para nova apreciação prioritária na próxima Apaf, uma vez que envolvem Conselhos
488 Regionais; Proposta dois: Manter a Resolução e o Regimento, adequando os seguintes
489 trechos do Regimento: parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 1º, parágrafos 1º e 3º do artigo 4º,
490 artigo 5º, artigo 6º e artigo 10, sendo que esses artigos e parágrafos são imediatamente
491 remetidos ao GT (a ser criado) para recolher sugestões para nova apreciação prioritária
492 na próxima Apaf, uma vez que envolvem Conselhos Regionais; Proposta três: Manter a
493 resolução e o regimento como estão. Em votação. Favoráveis à proposta um: trinta e
494 um. Favoráveis à proposta dois: cinco. Favoráveis à proposta três: nenhum voto. Em
495 votação venceu a proposta um. Janne Calhau Mourão (CRP 05/RJ) acreditou ser
496 inviável a participação de todos os Conselhos Regionais no GT. Sugeriu que o GT seja
497 composto por região. Giane Silva Santos Souza (CRP 10/PA) solicitou a nomeação de
498 todos os Conselhos Regionais que compõe a Conpas e que estes Conselhos Regionais
499 devem compor o GT. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou que existem duas
500 propostas. Proposta um: o GT será composto por regiões. Proposta dois: manter o GT
501 com a composição da Conpas. Janne Calhau Mourão (CRP 05/RJ) salientou que o GT
502 por região haveria a participação e discussão de todos os Conselhos Regionais, pois
503 haveria a troca de informações entre todos os Conselhos Regionais e todos
504 participariam. Mariza Monteiro Borges (CFP) reafirmou as duas propostas. Proposta um
505 de Janne Calhau Mourão (CRP 05/RJ): o GT será composto por regiões. Proposta dois
506 de Giane Silva Santos Souza (CRP 10/PA) manter o GT com a composição da Conpas.
507 Giane Silva Santos Souza (CRP 10/PA) retirou sua proposta. Em votação. Favoráveis à
508 proposta um: trinta e quatro. Contrários: não houve. Abstenções: Não houve. Aristeu
509 Bertelli da Silva (CRP 06/SP) elogiou a condução da Mesa Diretora por Mariza
510 Monteiro Borges (CFP). No decorrer da discussão deste ponto se ausentaram da
511 plenária : Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/TO), José Felix Vilanova Barros (CRP
512 15/AL) e Laeuza Lúcia da Silva Farias (CRP 15/AL); Handersenn Shouzo Abe (CRP
513 09/GO) e Simone Minasi (CRP 09/GO). 4. Eleições. Participaram deste ponto: CRP
514 01/DF: Ingrid Pereira Quintão e Sueli Francisca Vieira; CRP 02/PE: Cristiana Menezes
515 Almeida e Murilo Tolêdo Calafange; CRP 03/BA: Clarissa Paranhos Guedes e
516 Eurenildes Reis Ferreira; CRP 04/MG: Roberto Chateaubriand Domingues, Madalena
517 Luiz Tolentino e Túlio Louchard Picinini Teixeira; CRP 05/RJ: José Novaes, Rodrigo
518 Acioli Moura e Alexandre Trzan Ávila; CRP 06/SP: Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme
519 Luz Fenerich e Dario Henrique Teófilo Schezzi; CRP 07/RS: Luciane Engel, Ana Paula
520 Denis Ferraz e Anderson Laurindo da Silva Comin; CRP 08/PR: André Luiz Vendel,
521 Guilherme Bertassoni da Silva e Renata Campos Mendonça; CRP 09/GO: Handersenn
522 Shouzo Abe e Simone Minasi; CRP 10/PA: Giane Silva Santos Souza e Leticia
523 Gardênia C. dos Prazeres; CRP 11/CE: Diego Mendonça Viana e Aluisio Ferreira de
524 Lima; CRP 12/SC: Igor Schutz dos Santos, Anderson Luis Schuck e Juliana Lima
525 Medeiros; CRP 13/PB: Suenny Fonseca de Oliveira; CRP 14/MS: Fernando Faleiros de
526 Oliveira e Simone Grisólia Monteiro; CRP 15/AL: José Felix Vilanova Barros e Laeuza
527 Lúcia da Silva Farias; CRP 16/ES: Sheila de Oliveira Lopes da Silva e Juliana Gomes



Conselho
Federal de
Psicologia

518 de Figueiredo; CRP 17/RN: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP 18/MT: Marisa Helena
529 Alves; CRP 19/SE: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP 20/ AM, AC, RO, RR: Gibson
530 Alves dos Santos e Ligia Maria Duque Johnson de Assis; CRP 21/PI: Valéria Macêdo
531 de Sousa Bezerra; CRP 22/MA: Moara de Oliveira Gamba; CRP 23/TO: Tássio de
532 Oliveirã Soares e CFP: Mariza Monteiro Borges, Sergio Luis Braghini e João Baptista
533 Fortes de Oliveira. Mariza Monteiro Borges (CFP) informou que este ponto será
534 apresentado pela convidada Nádia Maria Dourado Rocha (CFP). Nádia Maria Dourado
535 Rocha (CFP) informou que é integrante da Comissão Eleitoral Regular e apresentou as
536 integrantes: Lurdes Pereira Oberg (CFP) e Vera Lucia Morselli (CFP). Anunciou ainda
537 que estava presente Eduardo Pinho, Presidente da Comissão Eleitoral Especial. Nádia
538 Maria Dourado Rocha (CFP) disse que pretende falar ao coletivo sobre o cronograma
539 eleitoral, o número de telefone para esclarecimentos , recadastramento e inconsistências
540 cadastrais, entretanto, antes de sua fala, solicitou a fala do senhor Waldemar Nehgme da
541 Empresa Security Labs. Waldemar Nehgme (Security Labs) informou que a empresa
542 que representa é uma empresa especializada em auditoria de código, são pioneiros em
543 auditoria eleitoral, tendo realizado diversos processos eleitorais para conselhos federais.
544 Esclareceu que o processo de auditoria não é um processo fiscal e sim um processo
545 eletrônico, que refere-se exclusivamente ao software e não se refere à regra de negócios.
546 Esclareceu que o processo em si está baseado em quatro itens: a integridade das
547 informações, a disponibilidade, a confidencialidade e a autenticidade. Informou quanto
548 à verificação lógica, que há a verificação de várias aplicações que podem ser exploradas
549 por um atacante remoto, verificação se há desvio dos votos, verificação da garantia de
550 voto uma vez somente. Informou sobre a codificação, explicou que é realizada a
551 criptografia e a única forma de se ter acesso a estas informações será por meio de
552 chaves, códigos que são criados especificamente para esta eleição. Esclareceu que são
553 realizados testes no sistema para que não ocorra nenhum tipo de irregularidade e de
554 problema no dia da eleição, além de realizar a certificação de todo o processo. Informou
555 sobre a janela de auditoria independente que permite que os Conselhos Regionais e o
556 Conselho Federal de Psicologia encaminhem peritos para a verificação e revisão de todo
557 o sistema, havendo transparência em todo o processo eleitoral. Salientou que o trabalho
558 que sua empresa desenvolve se refere a códigos. Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/RJ)
559 perguntou se os testes já foram realizados. Waldemar Nehgme (Security Labs) informou
560 que os testes ainda não foram iniciados, pois há a necessidade de se ter a última versão
561 do sistema pronta e que qualquer modificação realizada naquela versão não é mais
562 válida. Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/RJ) perguntou se há a verificação de códigos
563 maliciosos. Waldemar Nehgme (Security Labs) informou que a atribuição de sua
564 empresa é esta, que há que se verificar a existência de códigos maliciosos que podem
565 alterar todo o resultado. Sheila de Oliveira Lopes da Silva (CRP 16/ES) perguntou
566 como estão sendo tratadas as inconsistências de profissionais que possuem inscrição em
567 mais de um Conselho Regional. Waldemar Nehgme (Security Labs) informou que sua
568 empresa realiza a análise da base de dados com um programa de inteligência artificial
569 para que não haja a duplicidade de informações, que o trabalho de sua empresa está
570 direcionado para que uma pessoa vote uma única vez. Clarissa Paranhos Guedes (CRP
571 03/BA) questionou quanto à adaptação do sistema para que deficientes visuais possam



Conselho
Federal de
Psicologia

572 votar. Waldemar Nehgme (Security Labs) informou que esta questão não faz parte do
573 escopo de seu serviço e que é atribuição da empresa de desenvolvimento de software.
574 Nádía Maria Dourado Rocha (CFP) esclareceu que a função da empresa Security Labs é
575 verificar se o sistema está funcionando, a integridade dos votos, a segurança, o sigilo, o
576 funcionamento em si. Esclareceu que a escolha da empresa ocorreu por processo
577 licitatório. Gibson Alves dos Santos (CRP 20/ AM, AC, RO, RR) esclareceu que nas
578 duas últimas Apafs surgiu a proposta de se criar aplicativos para serem utilizados em
579 smartphones e tablets. Perguntou se está previsto este sistema para a votação.
580 Waldemar Nehgme (Security Labs) informou que este quesito cabe à empresa de
581 desenvolvimento de software. Informou ainda que o meio eletrônico é mais seguro que
582 o processo presencial, e que as fraudes podem ser evitadas quando há a certificação.
583 Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/RJ) perguntou caso haja denúncia após as eleições de
584 voto indevido, voto duplo se a empresa estará contratada para verificar o ocorrido.
585 Waldemar Nehgme (Security Labs) esclareceu que, caso isto ocorra, a sua empresa está
586 contratada para realizar o serviço de perícia forense e ressaltou a necessidade de se ter
587 os dados atualizados. Informou que qualquer dúvida ou questionamento pode ser
588 remetido à Comissão Eleitoral. Posteriormente foi passado um vídeo do senhor
589 Fernando de Pinho Barreira sobre os serviços da empresa The Perfect Link que realiza
590 consultoria das eleições do Sistema Conselhos. Passou-se a palavra para a senhora
591 Lillian Oliveira que executa projetos na Empresa Scytl. Lillian Oliveira (Scytl) informou
592 sobre o status do projeto, que o site já está em produção e já podem ser verificados o
593 calendário, documentos, dúvidas e simulados e há o acesso as chapas por meio do
594 Conselho Federal de Psicologia. Foi apresentado o site eleitoral, calendário,
595 documentos, dúvidas e simulado. Quanto ao simulado, esclareceu que é o módulo que
596 imita o voto sem as chapas reais, mas com o intuito de que o eleitor possa treinar seu
597 voto. Informou que o login do eleitor é seu Cadastro de Pessoa Física – CPF e que a
598 senha será recebida por e-mail entre os dias quinze e dezoito de agosto de dois mil e
599 dezesseis e que o primeiro voto a ser realizado será para o Conselho Regional e em
600 seguida o voto será para o Conselho Federal de Psicologia. Informou sobre os módulos
601 que ainda não foram entregues: o analisador será entregue em junho, a carta-voto em
602 julho, a solução de mesa e urna em julho, o colégio eleitoral em julho, alteração e
603 recuperação de senha em agosto e o fale conosco estará a disposição em junho e o voto
604 e justificativa em agosto e informou sobre os canais disponibilizados aos Conselhos
605 Regionais. Informou, também, sobre o cadastro de chapas e candidatos e sobre a data de
606 envio de bases para que não haja candidato com inscrição principal em dois Conselhos
607 Regionais para a votação. Passou a palavra para Thaianne Braga (Scytl). A mesma
608 (Scytl) informou sobre as soluções para apoiar o processo de eleição. Discorreu sobre o
609 webvoto que permite ao eleitor votar pela internet, mesa urna para voto presencial e
610 analisador de carta voto que permite verificar os votos válidos e os inválidos. Passou a
611 palavra para Alexandre Swioklo, diretor técnico da Scytl. Alexandre (Scytl) informou
612 sobre a segurança das informações, a presença de uma equipe especializada em
613 segurança, sobre o desenvolvimento dos códigos, a utilização de equipe
614 multidisciplinar, a utilização do software BackOffice e de protocolos de segurança.
615 Informou que horas antes das eleições é gerado um par de chaves, sendo uma delas uma

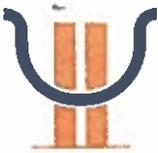


616 chave pública que é de conhecimento de todos e que encripta todos os votos da eleição,
617 não permitindo que o voto seja público e uma chave privada que fica em poder do
618 auditor. Quanto à autenticação do eleitor é utilizado um certificado digital para cada
619 eleitor e que na apuração a chave privada é disponibilizada para o sistema e é realizada
620 a contagem dos votos. Quanto a infraestrutura informou que são realizados vários testes
621 de performance, de desempenho antes da eleição, que os ambientes são seguros com a
622 certificação digital e são utilizados servidores grandes para a realização da eleição.
623 Gibson Alves dos Santos (CRP 20/ AM, AC, RO, RR) questionou sobre os aplicativos
624 smartphone e tablet. Alexandre (Scytl) informou que o acesso se dará pelo site. Elisa
625 Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) questionou sobre o recebimento da senha. Alexandre
626 (Scytl) informou que o recebimento da senha é feito por e-mail e que os dados devem
627 ser atualizados, que a senha é de números e letras e que o treinamento dos mesários é
628 realizado online. Sobre as fraudes referiu que o único caso se deu na eleição anterior do
629 Conselho Federal de Psicologia e que o sistema foi devidamente aprimorado. Nádia
630 Maria Dourado Rocha (CFP) reforçou que, em caso de fraude, o sistema permite
631 identificar o IP da máquina onde a fraude foi realizada e que as eleições eletrônicas são
632 mais seguras que as presenciais. Alexandre (Scytl) informou que esta eleição abrangerá
633 a acessibilidade a pessoas com deficiência visual. Túlio Louchard Picinini Teixeira
634 (CRP 04/MG) perguntou sobre o não recebimento da senha de votação. Alexandre
635 (Scytl) esclareceu que a senha pode ser recuperada por meio do e-mail ou do celular.
636 Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/RJ) solicitou informações sobre a simulação das
637 eleições que terá início dia dezessete de agosto de dois mil e dezesseis. Alexandre
638 (Scytl) esclareceu quanto à simulação e reforçou sobre a necessidade de a empresa saber
639 claramente quem está apto a votar e quem não está e o tamanho do colégio eleitoral.
640 Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) salientou que a participação dos Conselhos
641 Regionais é extremamente importante, principalmente a participação dos presidentes
642 das CERs – Comissões Eleitorais Regionais, pois estão regimentalmente responsáveis
643 pelo processo de votação e que a lista com os dados dos profissionais para realizar a
644 simulação de votação deve ser encaminhada pelos presidentes das CERs e que a
645 interlocução é realizada com estes presidentes. Sheila de Oliveira Lopes da Silva (CRP
646 16/ES) questionou se os psicólogos que estão fora do Brasil podem votar e foi
647 esclarecido que isto é possível, desde que respeitem o fuso horário. Sergio Luis
648 Braghini (CFP) sugeriu que várias pessoas possam participar da simulação da eleição.
649 Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/RJ) questionou como serão inseridas as fotos e se as
650 fotos serão das chapas ou dos candidatos individualmente. Foi esclarecido que as fotos
651 devem ser individuais de cada candidato . Foi agradecida a presença dos convidados.
652 Mariza Monteiro Borges (CFP) informou ao coletivo que já atingiu o teto de dezenove
653 horas e se continuariam a discussão do ponto. O coletivo aprovou que a discussão se
654 estendesse até o encerramento do ponto. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) referenciou
655 sobre o cronograma, informou que as etapas estão sendo antecipadas. Apresentou o
656 panorama das chapas inscritas, informou que existem trinta e seis chapas inscritas e
657 ressaltou a importância do cadastramento, salientando que é preciso que os Conselhos
658 Regionais participem desta etapa no sentido de sensibilizar os profissionais e que os
659 Conselhos Regionais atualizem a sua base de dados. Referiu sobre as inconsistências



Conselho
Federal de
Psicologia

660 cadastrais e citou um exemplo de um profissional que possui quatro registros ativos.
661 Referiu, também, sobre os tokens. Ressaltou que na eleição passada foram
662 encaminhados tokens e leitores de código de barras conforme necessidade dos
663 Conselhos Regionais e que vários tokens e leitores de código de barras não foram
664 devolvidos. Pensou, como estratégia, em encaminhar o material aos Conselhos
665 Regionais, definir um termo de responsabilidade e solicitar a devolução do material,
666 tokens e leitores de código de barras, no dia onze de setembro, data em que deve ser
667 encaminhado, pelos Conselhos Regionais ao Conselho Federal, o relatório das eleições.
668 Sobre o 0800, informou que este serviço deverá estar presente nos Conselhos Regionais
669 que possuem mais de dez mil psicólogas e psicólogos inscritos. Informou que a
670 contratação do 0800 ainda não foi efetivada pois há débitos dos anos de dois mil e doze
671 e dois mil e treze junto à Anatel. Os valores já foram quitados e aguarda-se a
672 homologação da Anatel para divulgação aos Conselhos Regionais e à categoria sobre
673 este serviço. Salientou que os Conselhos Regionais devem contratar a Caixa Postal, pois
674 as correspondências serão encaminhadas à esta Caixa Postal e as CERs – Comissões
675 Regionais Eleitorais recolherão as correspondências entre os dias vinte e cinco e vinte e
676 sete de agosto; ressaltou que a correspondência deve ser encaminhada o mais breve
677 possível. Informou que se o profissional estiver inadimplente no momento de seu voto e
678 efetivar o pagamento depois, o mesmo será computado, mas se estiver inadimplente no
679 momento da leitura do código de barras, o voto não será computado. Salientou que
680 alguns Conselhos Regionais não estão cumprindo o cronograma e que os prazos são de
681 extrema importância. Verificou que o Regimento Eleitoral é passível de aprimoramento
682 e que algumas situações precisam ser revistas, citou o exemplo de que não há data limite
683 para a inscrição de chapa do Conselho Federal de Psicologia. Informou que a Comissão
684 Eleitoral pretende apresentar na próxima Apaf a minuta de aprimoramento do
685 Regimento Eleitoral. Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/TO) questionou sobre o
686 recadastramento e as várias inscrições principais vigentes. José Felix Vilanova Barros
687 (CRP 15/AL) questionou quanto à necessidade, por parte dos profissionais, de realizar o
688 recadastramento. Foi informado, por Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) que todos os
689 profissionais que tiveram seus dados alterados por algum motivo devem realizar o
690 recadastramento. Simone Grisólia Monteiro (CRP 14/MS) questionou quanto à abertura
691 de sessão eleitoral, sobre a importância de se ter sessão eleitoral no interior. Nádia
692 Maria Dourado Rocha (CFP) informou que o Regimento Eleitoral remete a Comissão
693 Eleitoral Regional avaliar a pertinência de se abrir outros pontos de votação. Sheila de
694 Oliveira Lopes da Silva (CRP 16/ES) informou que as inconsistências encontradas no
695 banco de dados são anteriores às eleições. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP)
696 esclareceu que é importante que os Conselhos Regionais se atenham aos profissionais
697 com mais de sessenta e cinco anos de idade, pois não pagam anuidades e aos
698 profissionais que já faleceram. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP 17/RN) questionou
699 quanto ao uso do nome social. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP) informou que o
700 Regimento Eleitoral não contempla esta questão e que isto pode ser sugestão para a
701 reforma do Regimento Interno. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) ressaltou a
702 importância de os Conselhos Regionais darem conhecimento à categoria sobre as regras
703 e procedimentos do processo eleitoral, cronograma, informes, debates. Nádia Maria



Conselho
Federal de
Psicologia

705 Dourado Rocha (CFP) informou que a comunicação com os candidatos deve ser feita
 706 pelos Presidentes das Comissões Eleitorais Regionais, pois o Regimento Eleitoral
 707 permite interpretações dúbias. Enfatizou a importância do cumprimento dos prazos
 708 regimentais. Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/SP) ressaltou a importância de os e-mails
 709 das Comissões serem disponibilizados à categoria. Nádia Maria Dourado Rocha (CFP)
 710 retrucou informando que todas as Comissões Eleitorais Regionais, a Comissão Especial
 711 e a Comissão Regular possuem e-mail específico da eleição. Após a discussão deste
 712 ponto, Mariza Monteiro Borges (CFP) informou que o horário de início do segundo dia
 713 da Apaf seria às nove horas. Mariza Monteiro Borges (CFP) encerrou a Assembleia às
 714 vinte horas e vinte e quatro minutos. Esta ata foi redigida por Sara Juliana Bulgarelli
 715 Guadanhim Gonçalves, funcionária do Conselho Federal de Psicologia - CFP, a qual foi
 716 revisada por Maria da Graça Correa Jacques, conselheira do Conselho Federal de
 717 Psicologia - CFP. Nada mais havendo a tratar, a referida ata foi lida e assinada por todos
 os presentes acima nomeados e referenciados. *Maria da Graça Correa Jacques*

[Handwritten signatures]

Juliano Lima Medeiros

Adriana Schun

Jaiva Ierezinha da Silva Rodrigues.

Fernando Falcões de Oliveira

João Macário

José Elói Viana de Barros - *[Signature]*

Daniela Bezerra Rodrigues

[Signature]

[Signature]

Georgina de O. Santiago

Handerson Shougo Abe

Simone Roman

J. B. S.

Lyiane Leite Santos

[Signature]
ARISTEU BERTELLI
DA SILVA - CRP-06